

Infiéis devem ser punidos

Da Agência Estado

34

O Palácio do Planalto vai utilizar as emendas individuais de deputados e senadores no Orçamento da União deste ano para privilegiar os fiéis da base governista. O que sobrar será distribuído entre os demais, incluindo os partidos de oposição. Técnicos do núcleo de articulação política do governo estão preparando a lista com as emendas que terão prioridade e serão autorizadas até 30 de junho — data limite para empenho de verbas até as eleições municipais de outubro.

A aparente mudança de intenções na retaliação aos infiéis da base governista não passa de inversão de discurso e de modelo de operação política, confirma um dos articuladores da estratégia. Em vez de negar de pronto os pedidos dos rebeldes e correr o risco de ampliar o universo de insatisfação dentro do Congresso, o Palácio do Planalto simplesmente dará tratamento célere aos governistas incondicionais.

Como os cortes no Orçamento foram globais e não atingiram especificamente uma emenda, ninguém poderá argumentar que foi retaliado. Sem contar que, até dezembro, fica a expectativa de a liberação acontecer a qualquer momento. “Isso não é retaliação; é natural que a prioridade seja para quem tem ajudado o governo na política de ajustes e de contenção de gastos”, diz o líder do PSDB, Aécio Neves (MG).

SELEÇÃO DE EMENDAS

Um interlocutor do presidente Fernando Henrique Cardoso acredita que, com essa estratégia, há chances de o governo ampliar o universo de 280 deputados absolutamente fiéis ao Planalto. A margem é confortável para quem não tem urgência para aprovar emendas constitucionais e reunir 308 votos. “Alguns poderão reavaliar a posição”, completa.

E o que sobrar só será conhecido em dezembro, quando a equipe econômica definirá, com base nos limites do ajuste fiscal quanto poderá ser acrescentado à execução do orçamento. O vice-líder do governo no Congresso, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), observa que o decreto prevê reserva de R\$ 1,1 bilhão que poderá ser executada a qualquer momento.

A listagem que está sendo preparada com as emendas de cada parlamentar dá conta apenas das emendas individuais — em geral, pequenas obras e projetos nos municípios eleitorais de cada parlamentares, cujo valor médio é de R\$ 100 mil. No Orçamento deste ano, elas representam R\$ 600 milhões. No caso de estados pequenos, o governo também poderá “desprestigiar” os infiéis não liberando as chamadas emendas coletivas — propostas de investimento de valor significativo.